A relativa estabilidade da demanda de alimentos

Nos artigos anteriores, analisamos a instabilidade dos preços agrícolas sob a ótica da oferta, pressupondo que, a curto e médio prazos, a demanda de produtos agrícolas seria relativamente estável. Neste artigo são apresentadas algumas razões que levam a demanda de produtos agrícolas, especialmente os alimentares, a exibir essa característica.

Os produtos agrícolas alimentares, como o senso comum sugere, são bens de necessidade. Os bens de necessidade, do ponto de vista da economia, são aqueles em que a quantidade demandada depende positivamente do nível de renda do consumidor, mas essa dependência não é tão forte quanto a que ocorre com outros tipos de bens normais, a exemplo dos bens superiores - também denominados de luxo ou supérfluos. Nos bens de necessidade, as variações na renda do consumidor induzem a variações na quantidade demandada, mas em uma grandeza (percentual) menor que a sofrida pela renda.

Em regra geral, os bens de necessidade são aqueles que atendem às necessidades básicas da população, sejam alimentares ou não. Alimentos, água, remédios, transporte coletivo, calçados básicos e a maioria dos vestuários são exemplos de bens de necessidade.

No caso dos alimentos, existe um limite mínimo necessário para assegurar a sobrevivência das pessoas e um máximo que é determinado pela capacidade de ingestão dos indivíduos. No limite, a demanda potencial de alimento, em um determinado período de tempo, é dada pela capacidade de ingestão da população, que é física e fisiologicamente limitada. O tamanho do estômago dos indivíduos determina o limite físico; a capacidade de transformação dos alimentos por este mesmo órgão determina o fisiológico.

Portanto, é natural que o limite de saturação no consumo dos bens alimentares seja mais facilmente atingido, em qualquer período de tempo, que o de outros bens não-alimentares, simplesmente por causa de uma limitação orgânica. Por essa razão, a demanda de alimentos é pouco sensível às variações tanto em preço quanto em renda e tanto menos sensível será quanto maior for o nível de renda da população. No limite, a resposta da demanda de alimentos ao crescimento da renda disponível da população tende para zero. Nesse momento, a renda disponível da população terá sido suficiente para satisfazer todas as suas necessidades alimentares, razão pela qual a demanda de alimentos não mais responde ao crescimento da renda.

Melhorias acentuadas na renda da população afetam não só o tamanho da cesta (quantidade demandada de cada bem), mas especialmente a sua composição (tipos de bens demandados). Nesse processo, os bens de necessidade, sobretudo os alimentares, perdem espaço relativo no gasto da renda familiar. Quanto maior o nível de renda da população,

mais diversificada é a sua cesta de consumo. Portanto, a resposta da demanda de alimentos ao crescimento da renda disponível depende da faixa de renda da população.

Na demanda dos bens superiores, o consumo é governado pelo desejo, não sofrendo interferência ou limitações impostas pelas forças que governam as necessidades básicas dos seres humanos. Como a satisfação proporcionada por esse tipo de bem é instável, portanto temporária, o desejo torna-se insaciável. Ou seja, ele está sempre se renovando porque o limite da satisfação encontra-se na mente do consumidor: a satisfação é psicológica. É difícil conhecer o limite de satisfação para o consumo de carros novos e artigos de luxo, por exemplo. Não é por acaso que as empresas dessa linha de produção renovam sempre tipos e modelos, justamente com o propósito de induzirem uma renovação de desejo na mente dos consumidores.

A curto prazo, costuma-se ignorar os efeitos da renda sobre a demanda, especialmente em economias sem processo inflacionário e que crescem a pequenas taxas justamente porque nesse caso as alterações na renda disponível da população são mesmo desprezíveis. Portanto, a curto prazo, a maior fonte de crescimento da demanda de alimentares é mesmo a redução nos preços, que também não é capaz de produzir grandes impactos sobre a quantidade demandada de alimentos.

Em um prazo maior, o impacto combinado de outras variáveis que afetam a demanda, a exemplo da própria renda e do tamanho da população, não pode ser ignorado porque essas variáveis mudam com o tempo e terminam por quebrar a estabilidade temporária da demanda. Nesse prazo, se a renda da população sofrer alterações consideráveis, questões relacionadas com a sua distribuição e o estágio de desenvolvimento do país também devem ser consideradas.

Nos países em avançado estágio de desenvolvimento econômico e sem problemas distributivos sérios, o crescimento da demanda depende mais do crescimento da população. Nessas condições, como vimos, a resposta da demanda às variações da renda do consumidor tende para zero. Ademais, por estarem mais próximas do tão desejado pleno emprego, as taxas de crescimento da renda geralmente são menores em economias maduras relativamente às emergentes.

Nos países em desenvolvimento ou emergentes, o crescimento da demanda pode ultrapassar o mero crescimento populacional, em ritmo determinado pelo crescimento da renda e sua forma de distribuição. Em condições de pobreza, os bens alimentares podem figurar como se fossem superiores e assim exibirem uma forte associação com o nível de renda da população. Portanto, é o estado de pobreza da população que pode conduzir um alimento à categoria de bem superior.

No Brasil, a renda vem crescendo muito lentamente e sua forma de distribuição ainda é um caso de vergonha nacional: ainda temos cerca de 40 milhões de pessoas vivendo abaixo da

linha de pobreza, algo semelhante, em números de pessoas, a uma Argentina inteira ávida por consumir mais e melhores alimentos. Assim, por outras razões, mas à semelhança do que ocorre com os países desenvolvidos, por aqui, o crescimento populacional certamente também é a maior fonte de crescimento da demanda doméstica de alimentos, pelo menos nas últimas décadas.

Clóvis Oliveira de Almeida
Pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical
Doutor em Economia Aplicada